

SUMÁRIO

NOTA À NONA EDIÇÃO	17
--------------------------	----

Capítulo I

O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

1. O direito administrativo	19
1.1. Origem e desenvolvimento do Direito Administrativo	19
1.2. Conceito e objeto do Direito Administrativo	20
1.3. Fontes do Direito Administrativo	23
1.4. Interpretação do Direito Administrativo	25
2. A Administração Pública	25
2.1. Estado	25
2.2. Administração Pública	26
2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo)	30
3. O Regime Jurídico-Administrativo	32
3.1. Conceito	32
3.2. Conteúdo	34
3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos	34
3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado	37
3.2.3. Indisponibilidade do interesse público	39
3.2.4. Princípio da Legalidade	39
3.2.5. Princípio da Impessoalidade	40
3.2.6. Princípio da Moralidade	41
3.2.7. Princípio da Publicidade	43
3.2.8. Princípio da Eficiência	44
3.2.9. Princípio da Finalidade Pública	45
3.2.10. Princípio da Presunção de Legitimidade	46
3.2.11. Princípio da Autotutela	46
3.2.12. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos	48
3.2.13. Princípio do Devido Processo Legal, da Razoabilidade e Proporcionalidade	49
3.2.14. Princípio da Motivação	51
3.2.15. Princípio da Obrigatoriedade do Desempenho da Atividade Administrativa	53
3.2.16. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos	54
3.2.17. Princípio da Igualdade dos Administrados face a Administração Pública	54
3.2.18. Princípio da Segurança Jurídica	57
3.2.19. Princípio da Responsabilidade do Estado	57
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação	57

4. Quadro sinótico.....	58
5. Jurisprudência aplicada.....	61
6. Questões.....	64

Capítulo II

DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	71
1. Considerações gerais.....	71
2. Deveres da administração pública.....	71
2.1. Dever de Agir.....	72
2.2. Dever de Juridicidade.....	73
2.3. Dever de Probidade.....	74
2.4. Dever de Eficiência.....	74
2.5. Dever de Prestação de Contas.....	74
3. Poderes da Administração Pública.....	75
3.1. Poder vinculado.....	76
3.2. Poder Discricionário.....	77
3.3. Poder hierárquico.....	80
3.4. Poder disciplinar.....	82
3.5. Poder normativo e regulamentar.....	85
3.6. Poder de Polícia.....	88
3.6.1. Conceito.....	88
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa.....	90
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa.....	91
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa.....	91
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa.....	91
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa.....	91
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa.....	92
3.6.8. Atributos do poder de polícia.....	92
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa.....	93
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa.....	93
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa.....	94
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa.....	94
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa.....	94
4. Uso e abuso do Poder.....	95
4.1. Excesso de Poder.....	95
4.2. Desvio de Poder.....	95
5. Quadro sinótico.....	96
6. Jurisprudência aplicada.....	97
7. Questões.....	99

Capítulo III

ATOS ADMINISTRATIVOS.....	111
1. Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos.....	111
2. Atos da Administração e atos administrativos.....	112
3. Conceito de ato administrativo.....	113

SUMÁRIO

4. Atributos do ato administrativo	116
4.1. Presunção de legitimidade e de veracidade	117
4.2. Imperatividade	117
4.3. Exigibilidade	117
4.4. Executoriedade (ou auto-executoriedade)	118
4.5. Tipicidade	119
5. Perfeição, validade e eficácia Do ato administrativo	119
6. Elementos ou requisitos do ato administrativo	121
6.1. Sujeito competente	122
6.2. Finalidade pública	123
6.3. Forma prescrita em lei	124
6.4. Motivo	125
6.5. Objeto	126
6.6. Conteúdo	126
6.7. Causa	127
7. Elementos e pressupostos do ato administrativo segundo Formulação de Celso Antônio Bandeira de Mello	128
8. O silêncio administrativo	129
9. Classificação dos atos administrativos	131
9.1. Classificação genérica	131
9.2. Classificação específica ou tipológica	134
10. Extinção dos atos administrativos	139
10.1. Considerações gerais	139
10.2. Revogação	141
10.2.1. Sujeito ativo	141
10.2.2. Objeto da revogação	141
10.2.3. Fundamentos da revogação	142
10.2.4. Limites da revogação	142
10.2.5. Motivos da revogação	142
10.2.6. Efeitos da revogação	142
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador	142
10.2.8. Revogação e indenização	142
10.3. Invalidação	143
10.3.1. Sujeito ativo	143
10.3.2. Objeto da invalidação	143
10.3.3. Fundamentos da invalidação	143
10.3.4. Motivos da invalidação	143
10.3.5. Efeitos da invalidação	143
10.4. Classificação da invalidação	144
10.5. Prescrição e decadência administrativa	147
10.6. Coisa Julgada Administrativa	149
11. Quadro sinótico	150
13. Jurisprudência aplicada	156
12. Questões	158

Capítulo IV

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	181
1. Considerações Gerais.....	181
2. Formas de realização da função administrativa: centralização e descentralização, concentração e desconcentração	183
3. Administração Direta.....	184
3.1. Órgão Público. Conceito.....	185
3.2. Classificação dos órgãos públicos.....	186
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia	187
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público.....	188
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos	188
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos.....	189
4. Administração Indireta.....	189
4.1. Autarquias.....	191
4.2. Fundações Públicas	193
4.3. Agências reguladoras	195
4.4. Agências executivas	199
4.5. Empresas estatais	200
4.6. Consórcio Público.....	205
4.6.1. Conceito e natureza	205
4.6.2. Objetivos	207
4.6.3. Do Protocolo de Intenções	209
4.6.4. Do Contrato de Rateio.....	210
4.6.5. Do Contrato de Programa.....	211
5. Quadro sinótico	213
6. Jurisprudência aplicada.....	216
7. Questões	218

Capítulo V

TERCEIRO SETOR: OS ENTES DE COOPERAÇÃO	229
1. Considerações Gerais.....	229
2. Serviços Sociais Autônomos.....	230
3. Entidades de Apoio.....	231
4. Organizações Sociais – “OS”	234
5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – “OSCIP’s”.....	236
6. Quadro sinótico	240
7. Jurisprudência Aplicada.....	241
8. Questões	243

Capítulo VI

SERVIÇOS PÚBLICOS	247
1. Conceito.....	247
2. Elementos constitutivos.....	249

SUMÁRIO

2.1. Elemento subjetivo	249
2.2. Elemento formal	250
2.3. Elemento material	251
3. Princípios que se aplicam ao serviço público	251
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Público	251
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico	252
3.3. Princípio da Igualdade	252
4. Classificação do serviço público	252
4.1. Serviços públicos próprios e impróprios	253
4.2. Quanto ao objeto	253
4.3. Serviços <i>uti singuli</i> e serviços <i>uti universi</i>	254
4.4. Quanto à maneira como concorrem para satisfazer ao interesse social	254
4.5. Serviços públicos e serviços de utilidade pública	255
5. Formas de prestação e meios de execução dos serviços públicos	256
6. Delegação do serviço público	256
6.1. Concessão de serviço público	257
6.2. Permissão de serviço público	258
6.3. Autorização de serviço público	258
7. Quadro sinótico	258
8. Jurisprudência aplicada	260
9. Questões	262

Capítulo VII

SERVIDORES PÚBLICOS	267
1. Agentes públicos	267
2. Espécies de agentes públicos	268
2.1. Agentes políticos	268
2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado	270
2.2.1. Servidores públicos	270
2.2.1.1. O Regime Jurídico Único	276
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos)	277
2.2.3. Servidores temporários	279
2.2.4. Militares	282
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	282
3. Cargo, emprego e função pública	283
3.1. Considerações conceituais e distintivas	283
3.2. Acesso	285
3.3. Concurso Público	286
4. Provimento	292
4.1. Provimento originário ou autônomo	292
4.2. Provimento derivado	293
4.2.1. Provimento derivado vertical	293
4.2.2. Provimento derivado horizontal	294
4.2.3. Provimento derivado por reingresso	295

5. Vacância.....	297
6. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.....	298
7. Remuneração e subsídio	303
7.1. Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	305
7.2. Revisão da remuneração e do subsídio.....	305
7.3. Limites à remuneração e ao subsídio.....	308
7.4. Proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas	315
7.5. Proibição de vinculação e equiparação de remuneração e subsídio.....	318
8. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve	319
9. Previdência do servidor	322
10. Quadro sinótico.....	341
11. Jurisprudência aplicada.....	346
12. Questões.....	361

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL

DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	379
1. Considerações gerais e evolução da responsabilidade do Estado.....	379
2. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço.....	380
3. Teoria do risco	381
4. Responsabilidade do Estado no Direito brasileiro.....	382
4.1. Responsabilidade por ação ou ato comissivo do Estado	386
4.1.1. Por comportamentos lícitos.....	386
4.1.2. Por comportamentos ilícitos.....	387
4.2. Responsabilidade por omissão do Estado.....	387
4.2.1. Fato da natureza	389
4.2.2. Comportamento material de terceiros	390
4.3. Responsabilidade em razão de atuação positiva do Estado propiciatória de risco de dano.....	390
5. O dano indenizável	391
6. Causas excludentes da responsabilidade do Estado.....	392
7. O direito de regresso.....	393
8. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e judiciais.....	397
9. Quadro sinótico.....	398
10. Jurisprudência aplicada.....	400
11. Questões.....	406

Capítulo IX

BENS PÚBLICOS.....	421
1. Conceito.....	421
2. Classificação dos bens públicos.....	421
3. Características dos bens públicos	424

SUMÁRIO

3.1. Inalienabilidade	424
3.2. Impenhorabilidade	425
3.3. Imprescritibilidade	426
3.4. Impossibilidade de oneração	427
4. Uso dos bens públicos por particular	427
4.1. Uso comum	428
4.1.1. Ordinário	428
4.1.2. Extraordinário	428
4.2. Uso privativo ou especial	428
4.2.1. Uso de “bens públicos afetados” por particular	429
4.2.1.1. Autorização de uso	429
4.2.1.2. Permissão de uso	429
4.2.1.3. Concessão de uso	430
4.2.2. Uso de “bens públicos não-afetados” por particular	430
4.2.2.1. Locação	431
4.2.2.2. Arrendamento	431
4.2.2.3. Enfitese ou aforamento	432
4.2.2.4. Cessão de uso	432
4.2.2.5. Concessão de direito real de uso	434
5. Bens públicos em espécie	435
5.1. Terrenos de marinha e seus acrescidos	435
5.2. Terrenos reservados e seus acrescidos	435
5.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	437
5.4. Faixa de fronteira	437
5.5. Terras devolutas	437
6. Quadro sinótico	439
7. Jurisprudência aplicada	441
8. Questões	445
Capítulo X	
INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE	453
1. Considerações iniciais	453
2. Modalidades	453
3. Limitações administrativas	455
4. Servidão administrativa ou pública	455
5. Ocupação temporária	457
6. Requisição administrativa	458
7. Tombamento	459
7.1. Objeto do tombamento	460
7.2. Modalidades	460
7.2.1. Quanto à constituição	460
7.2.2. Quanto à eficácia	461
7.2.3. Quanto aos destinatários	461
7.3. Efeitos	461
7.4. Natureza jurídica	463

8. Desapropriação.....	463
8.1. Conceito	463
8.2. Procedimento.....	465
8.2.1. Fase declaratória	465
8.2.2. Fase executória.....	467
8.3. Modalidades de desapropriação	470
8.3.1. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	470
8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	474
8.4. Sujeitos ativo e passivo da desapropriação	476
8.5. Pressupostos.....	477
8.6. Objeto	478
8.7. A indenização	479
8.8. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	481
8.9. Direitos do desapropriado	483
8.10. Desapropriação por zona	485
8. Quadro sinótico	485
11. Jurisprudência aplicada.....	489
10. Questões	494

Capítulo XI

LICITAÇÃO	509
1. Conceito, fins e objeto.....	509
2. Princípios da licitação	509
2.1. Princípio da legalidade.....	510
2.2. Princípio da impessoalidade	510
2.3. Princípio da igualdade.....	510
2.4. Princípio da publicidade.....	512
2.5. Princípio da moralidade e probidade administrativa	513
2.6. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	513
2.7. Princípio do julgamento objetivo	513
3. Obrigatoriedade da licitação	513
4. Dispensa e inexigibilidade de licitação	515
4.1. Licitação dispensada	515
4.2. Licitação dispensável	519
4.3. Inexigibilidade de Licitação.....	524
5. Modalidades de licitação	525
5.1. Concorrência.....	525
5.2. Tomada de preços	527
5.3. Convite	528
5.4. Concurso.....	528
5.5. Leilão	529
5.6. Pregão	529
6. Procedimento	529

SUMÁRIO

6.1. Procedimento da concorrência	531
6.2. Procedimento da tomada de preços	534
6.3. Procedimento do convite	535
6.4. Procedimento do concurso	535
6.5. Procedimento do leilão	535
6.6. Procedimento do pregão	536
7. Anulação e revogação da licitação	538
8. Recurso administrativo	538
9. Quadro sinótico	539
10. Jurisprudência aplicada	541
11. Questões	545

Capítulo XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO	567
1. Considerações iniciais	567
2. Conceito e características	568
2.1. A presença da Administração Pública com prerrogativas públicas	568
2.2. A finalidade pública	568
2.3. A obediência à forma prescrita em lei	568
2.4. O procedimento legal	569
2.5. A natureza de contrato de adesão	569
2.6. A natureza <i>intuitu personae</i>	569
2.7. A presença de cláusulas exorbitantes	570
2.7.1. Exigência de garantia	570
2.7.2. Alteração unilateral	571
2.7.3. Rescisão unilateral	571
2.7.4. Fiscalização	573
2.7.5. Aplicação de penalidade	573
2.7.6. Anulação	574
2.7.7. Retomada do objeto	574
2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)....	575
2.8. A mutabilidade	575
2.8.1. Fato do Príncipe	576
2.8.2. Fato da Administração	577
2.8.3. Teoria da Imprevisão	577
3. Duração e prorrogação do contrato administrativo	578
4. Rescisão do contrato administrativo	579
5. Modalidades de contratos administrativos	580
5.1. Concessão de serviço público	580
5.1.1. Conceito	580
5.1.2. Da tarifa	580
5.1.3. Da licitação	581
5.1.4. Cláusulas essenciais	582

5.1.5. Encargos do Poder Concedente.....	583
5.1.6. Encargos da concessionária.....	584
5.1.7. Intervenção na concessão.....	585
5.1.8. Extinção da concessão.....	585
5.2. Concessão de serviço público precedida de obra pública ou concessão de obra pública.....	587
5.3. Permissão de serviço público.....	587
5.4. Contrato de parceria público-privada.....	587
5.4.1. Conceito e modalidades.....	588
5.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada.....	589
5.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada.....	589
5.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada.....	591
5.4.5. Da sociedade de propósito específico.....	591
5.4.6. Da licitação.....	592
5.5. Concessão de uso de bem público.....	594
6. Convênio.....	594
7. Consórcio administrativo.....	594
7.1. Consórcios públicos.....	595
8. Quadro sinótico.....	597
9. Jurisprudência Aplicada.....	599
10. Questões.....	602

Capítulo XIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	621
1. Conceito.....	621
2. Modalidades do processo administrativo.....	622
3. Princípios do processo administrativo.....	623
4. Fases do processo administrativo.....	627
4.1. Instauração.....	627
4.2. Instrução.....	627
4.3. Relatório.....	628
4.4. Decisão.....	629
4.5. Do Recurso Administrativo e da Revisão.....	629
5. Caráter subsidiário da Lei 9.784/99.....	630
6. Processo Administrativo Disciplinar.....	631
6.1. Do Inquérito Administrativo.....	633
6.2. Do Julgamento.....	634
6.3. Da Revisão do Processo.....	635
7. Processo sumário.....	636
8. Quadro sinótico.....	636
9. Jurisprudência aplicada.....	638
10. Questões.....	642

SUMÁRIO

Capítulo XIV	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	649
1. Probidade e Moralidade Administrativas.	
Conceito de Improbidade Administrativa e a Lei nº 8.429/92.....	649
2. Sujeito passivo do ato de improbidade.....	651
3. Sujeito ativo do ato de improbidade.....	651
4. Os atos de improbidade.....	655
5. Sanções aplicáveis ao ato de improbidade.....	659
6. A ação judicial por ato de improbidade.....	661
7. Competência.....	662
8. Quadro sinótico.....	663
9. Jurisprudência aplicada.....	665
10. Questões.....	668
Capítulo XV	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	675
1. Conceito.....	675
2. Espécies.....	675
2.1. Quanto ao órgão.....	676
2.2. Quanto ao momento.....	676
2.3. Quanto ao aspecto controlado.....	677
2.4. Quanto à extensão ou amplitude.....	677
3. Controle administrativo.....	678
3.1. Conceito.....	678
3.2. Recursos Administrativos.....	678
4. Controle legislativo.....	679
5. Controle judicial.....	680
5.1. Conceito e extensão.....	680
5.2. Meios de controle: as ações constitucionais.....	681
6. Quadro Sinótico.....	683
7. Jurisprudência aplicada.....	684
7. Questões.....	687
BIBLIOGRAFIA	691